

- PROCESSOS CRIMINAIS - GABINETE MINISTRO MARCO AURÉLIO: Informações e dados estatísticos - 8 maio de 2018.

1- COMPETÊNCIA DECLINADA:

Processo Crime:	Nome do acusado	Delito imputado	Cargo atualmente ocupado.	Cargo ocupado na data do crime	Relação do cargo com o delito	Órgão competente ao julgamento
AP 562 (denúncia autuada, primeiramente, como Pet. 3.838)	Ivo Cassol e outros.	- Artigo 299 do Código Eleitoral. - Artigos 288, 328, 342, 343 e 344, do Código Penal.	Senador/RO	Governador de estado/RO	Não há - Apura-se envolvimento do então Governador em esquema de compra de votos no pleito eleitoral de 2006	Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia.
AP 942	Marcos José Reategui de Souza	- Artigos 299, 305, 313-A, 319, 325, §1º, inciso II, e 325, §1º, inciso II, combinado com o §2º, todos do Código Penal.	Deputado Federal/AP	Delegado da Polícia Federal	Não há	Justiça Federal da Subseção Judiciária do Amapá.
AP 994	Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva	- Artigo 89 da Lei 8666/93 - Artigos 317 e 333, do Código Penal	Deputado Federal/AP	Prefeito de Macapá/AP	Não há - Envolvimentos relacionados à dispensa de licitação no transporte público.	Justiça estadual do Amapá.
AP 1024	Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva	- Artigos 288, 298, 299 e 312, do Código Penal. - Artigo 1º, inciso IV, da Lei 8.137/90	Deputado Federal	Prefeito de Macapá	Não há - Envolvimento em desvios de recursos no âmbito da Prefeitura de Macapá	Justiça Estadual do Amapá.

		- Artigo 89 da Lei 8666/93				
		- Artigo 1º, inciso I, Decreto-Lei nº 302/67.				
		- Artigo 1º da Lei 9.613/98				

2- COMPETÊNCIA DO STF MANTIDA:

Processo Crime:	Nome do acusado	Delito imputado	Cargo atualmente ocupado.	Cargo ocupado na data do crime	Relação do cargo com o delito	Órgão competente ao julgamento
AP 478 (Queixa-Crime). Iniciado Julgamento de Agravo no Pleno, ainda pendente.	José Abelardo Guimaraes Camarinha	- Artigos 20, 21 e 22 da Lei 5.520/67	Deputado Estadual.	Acusado não ocupava cargo público.	Não há	Justiça Estadual de São Paulo.
AP 508-ED Liberado para julgamento no Pleno.	Sebastião Ferreira da Rocha	- Artigos 288, 317 e 319, do Código Penal. - Artigo 90 da Lei 8666/93	Não ocupa cargo eletivo.	Secretário da Saúde do Amapá.	Não há - Apura-se envolvimento em irregularidades concernentes à construção e reforma de hospital e terminal rodoviário de Macapá/AP.	Justiça Federal da Subseção Judiciária do Amapá.
AP 530-ED Liberado para julgamento no Pleno.	Marçal Gonçalves Leite Filho	- Artigo 299 (prescrição em concreto).	Vereador de Dourados/MS	Deputado Federal	Não há - Omissão do nome do parlamentar como proprietário de empresas.	Supremo Tribunal Federal.

AP 891 Liberada para Julgamento - Afetada ao Pleno	Ivo Cassol	- Artigo 138 do Código Penal	Senador	Governador de Rondônia	Não há - Imputação de conduta criminosa a Procurador da República	Supremo Tribunal Federal
AP 915 Já na fase de Alegações Finais	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	- Artigo 89 da Lei 8666/93 - Artigo 312 do Código Penal	Deputada Federal	Secretaria da Educação /TO	Não há - Irregularidade e em compra de livros no âmbito da Secretaria da Educação	Supremo Tribunal Federal
AP 962 Já na fase de Alegações Finais	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	- Artigo 89 da Lei 8666/93 - Artigo 312 do Código Penal	Deputada Federal	Secretaria da Educação /TO	Não há - Irregularidade e em compra de livros no âmbito da Secretaria da Educação	Supremo Tribunal Federal
AP 964 Ao Revisor	Wladimir Rabelo da Costa	- Artigo 147 do Código Penal	Deputado Federal	Deputado Federal	Não há - Ameaças proferidas desvinculadas das funções parlamentares	Supremo Tribunal Federal

3 - Dados Estatísticos:

Total de ações penais	11
Ações Penais remetidas à Primeira Instância	4
Percentual	36,36%

<u>ao</u> <u>Inquérito</u> <u>3098)</u>						
Inq. 3414	Júlio Luiz Baptista Lopes	- Artigo 168-A do Código Penal	Deputado Federal	Não exercia mandato eletivo	Não há	Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Inq. 3500	Luís Henrique de Oliveira Resende	- Artigo 350 do Código Eleitoral - Artigo 168 do Código Penal	Deputado Federal	Não exercia mandato eletivo	Não há - Irregularidades supostamente praticadas no exercício de Presidente Regional do Partido Trabalhista do Brasil em Minas Gerais	Justiça Eleitoral de Minas Gerais
Inq. 3678 (denúncia oferecida)	Jacob Alfredo Stoffels Kaefer	- Artigos 168, §1º, incisos II e IV, e §2º e 171 da Lei 11.101/05 - Artigo 299 do Código Penal	Deputado Federal	Não exercia mandato eletivo	Não há	Justiça Estadual do Paraná
Inq. 4421	Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão	- Artigo 350 do Código Eleitoral	Deputado Federal	Deputado Estadual	Recebimento de doações de campanha que, em parte, não foram declaradas à Justiça eleitoral.	Justiça Eleitoral da Bahia
Inq. 4249	Ezequiel Fonseca	- Artigo 41-A da Lei 9.504/97	Deputado Federal	Deputado Estadual	Não há	Justiça Eleitoral de Mato Grosso

Inq. 4298 (apensado ao Inquérito 3678)	-	-	-	-	-	-
Inq. 4363	Adriano Eli Correa	- Artigos 331 e 332 do Código Eleitoral	Deputado Federal	Deputado Federal	Não há - irregularidad es ocorridas no âmbito da campanha de eleição municipal de 2016.	Justiça Eleitoral de São Paulo
Inq. 4435	Pedro Paulo Carvalho Teixeira	- Artigos 317, combinado com o 321 §1º e §2º, e 333, todos do Código Penal. - Artigo 1º, inciso V, da Lei 9613/98 - Artigo 22 da Lei 7492/86	Deputado Federal	Deputado Estadual	Não há	Justiça Estadual do Rio de Janeiro
Inq. 4453	Heráclito de Souza Fortes	- Artigo 350 do Código Eleitoral	Deputado Federal	Senador	Não há	Justiça Eleitoral do Estado de Piauí
Inq. 4600 (apensado ao <u>inquérito</u> <u>3678)</u>	-	-	-	-	-	-

Inq. 4604	Rejane Ribeiro Sousa Dias	- Artigos 89 e 90 da Lei 8666/93	Deputada Federal	Deputada Estadual	Não há	Justiça Estadual do Piauí
Inq. 4636	Joziane Araújo Nascimento	- Artigos 299 e 304 do Código Penal	Deputada Federal	Deputada Federal	Não há - Suposta constituição fraudulenta de Sindicatos	Justiça Federal da Seção Judiciária do Amapá

2- COMPETÊNCIA DO STF MANTIDA:

Inquérito	Nome do investigado	Delito averiguado	Cargo ocupado.	Cargo ocupado na data do crime	Relação do cargo com o delito	Órgão competente
Inq. 2863	Vander Luiz dos Santos Loubet	- Artigos 312 e 317 do Código Penal. - Artigo 1º da Lei 9613/98	Deputado Federal	Deputado Federal	Suposto recebimento de propina em razão do cargo.	Supremo Tribunal Federal
Inq. 3014	Nelson Meurer	- Artigos 288, 317, 332, do Código Penal - Artigo 89 da Lei 8666/93	Deputado Federal	Deputado Federal	Apresentação de emendas parlamentares objetivando favorecimento de empresas privadas	Supremo Tribunal Federal
Inq. 3273 (aguardando o julgamento)	Bernardo de Vasconcellos Moreira	-Artigo 46, §1º da Lei 9605/98 - Artigos 180, §1º; 288 e 304,	Sem cargo eletivo (ex-deputado federal)	Não ocupava cargo eletivo	Não há	Justiça Estadual de Minas Gerais

de embargos declaratórios pelo Pleno).		do Código Penal - Artigo 1º, inciso VII e §1º, incisos I e II da Lei 9613/98				
Inq. 3276 (aguardando o julgamento de embargos declaratórios pelo Pleno).	Bernardo de Vasconcellos Moreira	- Artigo 1º da Lei 8137/90	Sem Cargo eletivo (ex-deputado federal)	Não ocupava cargo eletivo	Não há	Justiça Estadual de Minas Gerais
Inq. 3352	Geraldo Resende e Marçal Filho	- Artigo 317 do Código Penal	- Deputado Federal (Geraldo Resende) - Vereador de Dourados/M S (Marçal Filho)	Deputados Federais	Apresentação de emendas parlamentares com locupletação de comissões	Supremo Tribunal Federal
Inq. 3515	Arthur César Pereira de Lira	- Artigo 317 do Código Penal - Artigo 1º da Lei 9613/98	Deputado Federal	Deputado Federal	Apreensão, em posse do então servidor da Câmara dos deputados, de numerário, em espécie, por ocasião de embarque, em aeroporto, de passagens custeadas pelo Parlamentar	Supremo Tribunal Federal
Inq. 3784	Waldir Maranhão Cardoso	- Artigo 317 do Código Penal - Artigo 1º da Lei 9613/98	Deputado Federal	Deputado Federal	Apurar eventual atuação do parlamentar, em troca de vantagem indevida, a fim de garantir investimentos de previdência de servidores públicos municipais	Supremo Tribunal Federal

Inq. 3787	Fernando Dantas Torres	- Artigo 1º da Lei 9613/98	Deputado Federal	Deputado Federal	-	Supremo Tribunal Federal
Inq. 3996 (apensado ao Inquérito 3515)	Benedito de Lira e Arthur César Pereira de Lira	- Artigo 317, §1º, combinado com o 327, §2º do Código Penal - Artigo 1º, inciso V, da Lei 9613/98	- Senador - Deputado Federal	- Senador - Deputado Federal	-	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4385	Marco Aurélio Spall Maia	- Artigo 350 do Código Eleitoral	Deputado Federal	Deputado Federal	Recebimento de doações, no âmbito da campanha eleitoral de 2014, não contabilizadas e declaradas à Justiça Eleitoral.	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4413 (denúncia recebida pela Primeira Turma)	Romero Jucá Filho	- Artigo 317, combinado com o 327, §1º e §2º, do Código Penal - Artigo 1º da Lei 9613/98	Senador	Senador	Recebimento de vantagem indevida em razão de atuação parlamentar com intuito de beneficiar entidades privadas	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4443	Alfredo Pereira do Nascimento e Milton Antônio Casquel Monti	- Artigo 317 do Código Penal - Artigo 1º, inciso V, da Lei 9613/98	Deputados Federais	- ministro dos Transportes - Deputado Federal	Favorecimento, em troca de vantagem indevida recebida a título de doações eleitorais não declaradas, de empresas privadas na obtenção de contratos com o Poder Público.	Supremo Tribunal Federal

Inq. 4464	José Renan Vasconcelos Calheiros e Fernando Bezerra de Souza Coelho	- Artigo 317, combinado com o 327, §1º e §2º, e 333, do Código Penal. - Artigo 1º da Lei 9613/98	Senadores	- Senador - ministro da Integração Nacional	Ajuste de mercado entre empresas, intermediado, em troca de vantagem indevida, por agentes políticos. Narra-se o recebimento de verbas a título de doações eleitorais não contabilizadas.	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4506 (denúncia recebida pela Primeira Turma)	Aécio Neves da Cunha	- Artigo 317 do Código Penal - Artigo 2º, §1º da Lei 12850/13	Senador	Senador	Recebimento de vantagem indevida vinculada com as funções parlamentares	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4519 (fatos relacionados e não incluídos na investigação alusiva ao Inquérito 4506)	Aécio Neves da Cunha	- Artigo 317 do Código Penal - Artigo 1º da Lei 9613/98	Senador	Senador	Recebimento de vantagem indevida vinculada com as funções parlamentares	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4653	Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos	- Artigo 312 do Código Penal	Deputado Federal	Deputado Federal	Apropriação de verbas pagas a assessores parlamentares, no âmbito da Câmara	Supremo Tribunal Federal
<u>Inq. 4663</u>	Omar Aziz	- Artigo 315 do Código Penal - Artigo 90 da Lei 8666/93	Senador	Governador do Estado do Amazonas / Senador	Sob Análise	Supremo Tribunal Federal

Inq. 4675	Jacob Alfredo Stoffels Kaefer	- Artigo 1º da Lei 9613/98	Deputado Federal	Deputado Federal	Suposta prática de lavagem de dinheiro já no exercício do cargo, para financiamento de campanha eleitoral em 2014.	Supremo Tribunal Federal
Inq. 4694	Jair Messias Bolsonaro	- Artigo 20 da Lei 7.716/89	Deputado Federal	Deputado Federal	Prática de ofensas de cunho racial, proferidas por ocasião de palestra	Supremo Tribunal Federal

3 - Dados estatísticos:

Total de Inquéritos em tramitação	35
Inquéritos remetidos à Primeira Instância	17
Percentual	48,60%